

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

RELATÓRIO

CIRCUNSTANCIADO

2025

1.SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. GESTÃO 2024 – 2025
3. COMPOSIÇÃO
4. ATRIBUIÇÕES
5. CALENDÁRIO
6. PAUTAS
7. REUNIÕES DE 2025
8. ATIVIDADES E AÇÕES DO ANO DE 2025
9. CONCLUSÃO

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

1. INTRODUÇÃO

- Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban, (Lei Estadual nº 17.362, de 27 de novembro de 2012), foi Instituído pelo Decreto 8335 – 27 de Novembro de 2017 o Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná, junto à estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU).
- Composto por representantes de órgãos do Estado do Paraná e de entidades da sociedade civil organizada, o Comitê, de caráter consultivo e propositivo, terá por finalidade:
- Acompanhar e estimular o cumprimento das recomendações contidas no relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban;
- Propor a elaboração, atualização e implementação das políticas vinculadas à promoção do direito à memória, à verdade e à justiça no Estado do Paraná;
- Acompanhar e avaliar os projetos de cooperação técnica, nesta temática, firmados entre o Governo do Estado e os organismos internacionais, nacionais e municipais, assim como entidades não governamentais;
- Acompanhar e fomentar a elaboração e a tramitação, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de projetos de lei relacionados ao direito à memória, à verdade e à justiça;
- Acompanhar, no âmbito do Estado do Paraná, o cumprimento da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);
- Discutir e fomentar ações de localização, salvaguarda e difusão de acervos documentais que versem sobre violações aos direitos humanos;

- Discutir e encaminhar aos respectivos órgãos competentes os casos e processos relacionados ao direito à memória, à verdade e à justiça;
- Fomentar a realização de campanhas, eventos, publicações e outras ações na área da cultura, bem como da educação formal e não formal, sem prejuízo das atribuições da Secretaria de Estado da Cultura e da Secretaria de Estado da Educação;
- Fomentar e acompanhar, junto aos Municípios do Estado do Paraná, a construção de Comitês Municipais de Memória, Verdade e Justiça.

2. GESTÃO 2024 – 2025

COORDENADORA: Ivete Maria Caribé Rocha

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO (SEJU)

- **Titular:** Rodrigo Muller do Valle
- **Suplente:** *Jane Cristina Lobato Vasques*

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE (SEED)

- **Titular:** *Dalvana Lucia de Oliveira*
- **Suplente:** *Jean Leonardo*

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (SEEC)

- **Titular:** *Adriane Isabelle Fagundes Dos Santos*

- **Suplente:** *Ellen Cunha Do Nascimento*

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ)

- **Titular:** *Fabiane Bergmann*
- **Suplente:** *Tamiris Almeida*

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANO-UNILA

- **Titular:** *Clovis Antonio Brighenti*
- **Suplente:** *Felix Pablo Friggeri*

SERVIÇO DA PAZ E JUSTIÇA (SEPAJ)

- **Titular:** *Ivete Maria Caribé Rocha*
- **Suplente:** *Daniel de Oliveira Godoy Júnior*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

- **Titular:** *Norton Nohama*
- **Suplente:** *Luis Fernando Lopes*

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ (SINDIJOR/PR)

- **Titular:** *Alúzio Ferreira Palmar*
- **Suplente:** *Adélia Lopes Salamene*

CONVIDADOS ESPECIALISTAS:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MPPR)

- **Titular:** *Olympio de Sá Sotto Maior Neto*
- **Suplente:** *Rafael Osvaldo Machado Moura*

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)

- **Titular:** *Indira Bolsoni Pinheiro*
- **Suplente:** *Hayssa Kyrie Medeiros*

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE/PR)

- **Titular:** *Antonio Vítor Barbosa de Almeida*
- **Suplente:** *Daniel Alves Pereira*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (TJ/PR)

- **Titular:** *Maria Aparecida Blanco de Lima*
- **Suplente:** *Ana Lúcia Lourenço*

COLABORADORES:

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SEJU)

- *Jane Cristina Lobato Vasques*
- *Douglas Henrique Novelli*
- *Lisandra Silvério dos Santos*
- *Gilberto Augusto Gibala Lopes*

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MPPR)

- *Regina Bley*
- *Raquel Osowski*
- *Claudia Cristina Hoffmann (Coordenadora do LUME: Lugar de Memória)*
- *Fatima Godinho*

Organizações da Sociedade Civil

Em 2024, foram realizadas eleições para a escolha dos representantes da sociedade civil do CEMVEJ/PR para o biênio 2024–2026, conforme o Decreto nº 8.335/2017, o art. 3º, § 2º, do Regimento Interno e o Edital nº 001/2024 – SEJU/ACC/CEMVEJ. O certame ocorreu em 04 de setembro de 2024, elegendo quatro instituições, com seus respectivos titulares e suplentes:

- **SINDIJOR** – Titular: Aluizio Ferreira Palmar | Suplente: Adélia Lopes Salamene
- **SERPAJ** – Titular: Ivete Maria Caribé da Rocha | Suplente: Daniel de Oliveira Godoy Júnior
- **UFPR** – Titular: Norton Nohama | Suplente: Luis Fernando Lopes Ferreira
- **UNILA** – Titular: Clovis Antonio Brighenti | Suplente: Félix Pablo Friggeri

Em 2025, a composição do Comitê sofreu alterações por meio de decretos, com a substituição do representante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, passando a integrar o Comitê Rodrigo Muller em lugar de Douglas Henrique Novelli, e a substituição dos representantes do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, com a entrada de Fabiane Bergmann e Tamiris Almeida em substituição a Kassia Sarita e Dora Silvia Hackenberg.

3. COMPOSIÇÃO

O Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná é constituído por órgãos públicos e entidades da sociedade civil, composto por representantes dos seguintes órgãos:

04 (quatro) representantes do Poder Executivo Estadual, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente de cada órgão a seguir nominado: Secretaria de

Estado da Justiça, Família e; Secretaria de Estado da Educação e do Esporte; Secretaria de Estado da Comunicação Social e Cultura e Departamento Estadual de Arquivo Público da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência;

04 (quatro) representantes de entidades da sociedade civil organizada e seus respectivos suplentes, vinculados à comunidade acadêmica e aos

movimentos da juventude que possuam, no mínimo, 01 (um) ano de atividades comprovadamente relacionadas com a temática do direito à memória, verdade e justiça, ou a temas correlatos voltados à promoção e defesa dos direitos humanos, a serem convocados pela Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho;

Poderão participar como convidados e sem direito a voto, os representantes, com seus respectivos suplentes, dos seguintes órgãos: Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público Federal; Defensoria Pública do Estado do Paraná; Defensoria Pública da União; Poder Judiciário do Estado do Paraná; Poder Judiciário Federal e Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

4. ATRIBUIÇÕES

Atribuições dos conselheiros

Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;

Representar o Comitê, podendo delegar a sua representação dentre os demais membros;

Cumprir e diligenciar para o fiel cumprimento do presente Regimento Interno;

Atribuições da Secretaria executiva.

Assinar, dar publicidade e cumprir ou fazer cumprir os documentos deliberados pelo Comitê; Supervisionar as atividades da Secretaria-Executiva;

Submeter ao Comitê os assuntos recebidos para decisões de mérito ainda não deliberadas;

Acompanhar o controle de faltas injustificadas dos conselheiros governamentais e das organizações da sociedade civil, tomando as medidas necessárias para garantir a composição paritária do Comitê.

5.CALENDÁRIO 2025

Calendário de Reuniões ordinárias do CEMVEJ 2025			
Reunião	Mês	Data	Local
1º Reunião Ordinária	Fevereiro	26/02/2025	Palácio das Araucárias
2º Reunião Ordinária	Março	24/03/2025	Palácio das Araucárias
3º Reunião Ordinária	Abril	28/04/2025	Palácio das Araucárias
4º Reunião Ordinária	Maiο	26/05/2025	Palácio das Araucárias
5º Reunião Ordinária	Junho	23/06/2025	Palácio das Araucárias
6º Reunião Ordinária	Julho	28/07/2025	Palácio das Araucárias
7º Reunião Ordinária	Agosto	25/08/2025	Palácio das Araucárias
8º Reunião Ordinária	Setembro	29/09/2025	Palácio das Araucárias
9º Reunião Ordinária	Outubro	27/10/2025	Online
10º Reunião Ordinária	Novembro	24/11/2025	Sala de Situação no

			Centro Administrativo da SEJU no Hauer
11ª Reunião Ordinária	Dezembro	08/12/2025	Sala de Situação no Centro Administrativo da SEJU no Hauer

Calendário de Reuniões Extraordinárias do CEMVEJ de 2025			
Reuniões	Mês	Data	Local
1ª Reunião Extraordinária	Julho	07/07/2025	Online

6. PAUTAS

1ª Reunião Ordinária de 2025

Ocorrida no dia 24 de Fevereiro com os pontos de Pauta:

- Abertura;
- Aprovação de pauta;
- Aprovação da Ata;
- Aprovação do Relatório Circunstanciado;
- Informações Lume: Lugar de Memória (Claudia Cristina Hoffmann);
- Definição de Historiador(a) para o Lume;
- Criação da Comissão de Justiça de Transição da OAB-PR;
- Eventos da Memória do 61 anos do Golpe de 1964, nos dias 31/03 e 1º de abril;
- Proposta de um Evento em comum com a Comissão de Justiça de Transição da OAB e Geração 68, no dia 1º de abril;
- Informações sobre a Coordenação do Lume;
- Informes Gerais;

- Encerramento.

2ª Reunião Ordinária de 2025

Ocorrida no dia 24 de Março com os pontos de Pauta:

- Abertura;
- Aprovação da Pauta;
- Aprovação da Ata;
- Informes do LUME;
- A Busca dos Desaparecidos Políticos;
- Centenário da Coluna Prestes em Foz do Iguaçu;
- Aprovação do Relatório Circunstanciado;
- Informações sobre as Atividades do dia 31/3 e 01 de abril;
- Coordenação da Sala LUME, Indicação da nova coordenadora;
- Relato dos Andamentos das Atividades do Projeto Inventário Participativo
- Informes Gerais;
- Encerramento.

3ª Reunião Ordinária de 2025

Ocorrida no dia 28 de Abril com os pontos de Pauta:

- Abertura;
- Aprovação da Pauta;
- Aprovação da Ata;
- Informes do LUME;
- Projeto Cárcere;
- Atividades Coluna Prestes;

- Relatório Sobre os Encaminhamentos dos Casos de Desaparecidos Políticos;
- Fórum Social e Popular da Tríplice Fronteira;
- Informações Sobre o Projeto de lei para Proibir o uso de Nome de Pessoas Ligadas à Ditadura Militar (1964-1985) em Prédios, Ruas, Monumentos e demais bens Públicos no Paraná;
- Informações sobre Retificações de Certidões de Óbito – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP);
- Articulação Para o LUME Participar do Projeto Role Cívico Paranaense (segundo grau);
- Recebimento de Ofício do MPF Sobre a Situação de Três Comunidades Quilombolas do Paraná, (proponho que seja marcada uma reunião com o MPF);
- Informes Gerais;
- Encerramento.

4ª Reunião Ordinária de 2025

Ocorrida no dia 26 de Maio com os pontos de Pauta:

- Abertura;
- Aprovação da Pauta;
- Aprovação da Ata;
- Informes do LUME;
- Situação da Coordenação da Sala Lume – Professora Cleusa e Estagiários;
- Informação Sobre Resposta a CIDH – Caso Massacre de Medianeira;
- Informações Diversas - Criação da Comissão de Justiça de Transição pela OAB-PR Propostas de Eventos Comuns, Inauguração do Museu Cárcere no Centro de Curitiba;
- Informes Gerais;
- Encerramento.

5ª Reunião Ordinária de 2025

Ocorrida no dia 23 de Junho com os pontos de Pauta:

- Abertura;
- Aprovação da Pauta;
- Aprovação da Ata;
- Informes do LUME;
- Coordenação do LUME;
- Apresentação do Relatório do LUME 2024 e Plano de Trabalho do LUME 2025;
- Apreciação e Aprovação do Projeto “Eu estive aqui”;
- Informes Gerais;
- Encerramento.

6ª Reunião Ordinária de 2025

Ocorrida no dia 28 de Julho com os pontos de Pauta:

- Abertura;
- Aprovação da Pauta;
- Informes do LUME (Contratação Professora Cleusa e Parceiros no Termo de Cooperação);
- Conselheiro do TCE – Maurício Requião, na reunião do dia 28/7;
- Visita a Sala LUME do Professor (Bernardo Beltrán);
- Ofícios enviados à Câmara de Vereadores de Querência do Norte e ao TJPR sobre a Porta da DOPS;
- Denúncia (Operação Integrada Centro Seguro);
- Informes Gerais;
- Encerramento

7ª Reunião Ordinária de 2025

Ocorrida no dia 25 de Agosto com os pontos de Pauta:

- Abertura;
- Aprovação da Pauta;
- Aprovação da Ata;
- Informes do LUME;
- Novo Decreto 8807 de 30.01.2025, que Alterou Diversos Artigos do CEMVEJ, sem Comunicação ou Discussão com os Componentes do Comitê;
- Solução para a Coordenação da Sala Lume;
- Relatório do Evento dos dias 20 a 22 de agosto no espaço da Sala Lume (Claudia);
- Cine Debate a Ser Realizado no dia 28.08, 19 Horas na Sala da Memória da UFPR, em Comemoração ao Dia da Promulgação da Lei de Anistia em 1979
- Informes Gerais;
- Encerramento.

8ª Reunião Ordinária de 2025

Ocorrida no dia 29 de Setembro com os pontos de Pauta:

- Abertura;
- Aprovação da Pauta;
- Aprovação da Ata;
- Informes do LUME;
- Entrada da SEED, MPT e SEEC no Termo de Cooperação do LUME;

- Relato da Reunião do CEMVEJ (Coordenação) e o Conselheiro Maurício Requião, com o Secretário Estadual da Educação, no dia 12/09/2025; 7. Acompanhamento da Resolução nº 601/2024 – CNJ;
- Informes Gerais;
- Encerramento.

9ª Reunião Ordinária de 2025

Ocorrida no dia 27 de Outubro com os pontos de Pauta:

- Abertura;
- Aprovação da Pauta;
- Aprovação da Ata;
- Relatos do LUME;
- Memória do Movimento Sindical Urbano e Rural no Paraná; 6. Informações sobre a inclusão da Secretaria de Educação no Termo de Convênio;
- Informações sobre as providências da Secretaria de Educação, referentes à reunião de 12 de setembro, especialmente quanto à atuação da Professora Cleusa na Sala Lume e a solução do caso da Professora Claudia Cristina Hoffmann;
- Convite para o Ministério Público do Trabalho ter participação no Cemvej;
- Informes sobre participação da Coordenação do CEMVEJ em atividades Educacionais;
- Informes Gerais;
- Encerramento.

10ª Reunião Ordinária de 2025

Ocorrida no dia 24 de Novembro com os pontos de Pautas

- Abertura;

- Aprovação da Pauta;
- Aprovação da Ata;
- Relatos do LUME;
- Aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias para o Ano de 2026;
- Apresentação do Relatório da Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina (UEL);
- Disponibilização de Documentos ao Público – Preocupação com LGPD;
- Ofício ao MPF para Reparação de Violação Contra o Povo Xetá;
- 50 Anos da Criação Oficial da Operação Condor, Dia 25 de Novembro;
- Informações Sobre o Ofício ao MPT e o Ofício a SEEC;
- Informes Gerais;
- Encerramento.

11ª Reunião Ordinária de 2025

Ocorrida no dia 08 de Dezembro com os pontos de Pautas

- Abertura;
- Aprovação da Pauta;
- Aprovação da Ata;
- Resposta do Estado Brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos Sobre o Caso do Massacre de Medianeira;
- Informes Gerais;
- Encerramento.

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DE 2025:

1ª Reunião Extraordinária de 2025

Ocorrida no dia 01 de Julho com os pontos de Pauta:

- Abertura;
- Aprovação da Pauta;

- Coordenação do LUME;
- Discussão Sobre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH);
- Informes Gerais;
- Encerramento.

7. REUNIÕES DE 2025

1ª Reunião Ordinária de 2025

- **Aprovação da Pauta**

Foi solicitado a inversão da pauta para adiantar o item sobre o LUME, pedido aprovado. A pauta foi aprovada com a inclusão de dois novos temas propostos por Aluizio Ferreira: Centenário da Coluna Prestes em Foz do Iguaçu e Questão dos desaparecidos políticos.

- **Aprovação da Ata**

A ata da reunião anterior foi confirmada como recebida e aprovada sem ressalvas.

- **Aprovação do Relatório Circunstanciado**

O relatório circunstanciado será apresentado na próxima reunião para análise e aprovação, pois ficou uma pendência desse relatório de um item que é a transcrição dos eventos.

- **Informações LUME: Lugar de Memória**

No item LUME – Lugar de Memória, Claudia Cristina Hoffmann apresentou os projetos em andamento: Projeto financiado pela COPEL (R\$ 340 mil) para organização e digitalização do acervo da Comissão da Verdade, com

inventário participativo, entrevistas e catalogação; Projeto Mapa dos Caminhos da Resistência, aprovado pela Lei Aldir Blanc, com início em março de 2025, para fins educativos.

Foi comunicada a necessidade de substituição na coordenação do LUME – Lugar de Memória, em razão do desligamento de Claudia do Ministério Público. Ela permanecerá como diretora do Instituto LUME e seguirá colaborando com o Comitê, estando em andamento a indicação de uma historiadora para ocupar a função de coordenação.

- **Definição de Historiador(a) para o LUME**

Discutida necessidade de nomear nova historiadora. Indicada Cleuza (SEED), com impasse administrativo para transferência à SEJU; sugerido Termo de Cooperação entre SEJU e SEED. MP indicou profissional substituta. Norton propôs manifestação de agradecimento a Claudia. Deliberado que SEJU revisará PDF do Relatório da Comissão da Verdade, integrando anexos e links interativos para o Arquivo Público. Foi definido nesse ponto de pauta a elaboração do Termo de Cooperação e a revisão do Relatório pela SEJU.

- **Criação da Comissão de Justiça de Transição da OAB-PR**

Informado que a OAB-PR criou Comissão de Justiça de Transição, presidida por Dr. Daniel Godoy, aberta à participação de membros do CEMVEJ. Anunciada iniciativa “OAB nas Escolas” sobre direitos humanos e memória histórica.

- **Eventos da Memória – 61 anos do Golpe de 1964 (31/03 e 01/04) e Proposta de Evento conjunto com OAB e Geração 68 (1º de abril)**

No âmbito do planejamento das atividades de memória, foram discutidas ações alusivas aos 61 anos do Golpe Militar de 1964, a serem realizadas nos dias 31 de março e 1º de abril. As propostas contemplam a realização de eventos de memória histórica, com possibilidade de parceria

institucional com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a organização Geração 68. Durante as discussões, foi sugerido o envio de ofícios ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Ministério Público Militar (MPM), com o objetivo de obter informações sobre pessoas desaparecidas no período da ditadura, incluindo o caso de Salvador Pereira da Silva. Também foi proposta a criação de um grupo de trabalho interinstitucional, com participação do Ministério Público, MPF, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e outras instituições, voltado ao aprofundamento de investigações, organização de acervos e fortalecimento das ações de memória.

Foi ainda incorporada ao planejamento a realização de evento conjunto no dia 1º de abril, integrando as atividades do Comitê, da OAB e da Geração 68, de forma articulada. Como encaminhamentos, deliberou-se pela aprovação das propostas apresentadas, pela elaboração dos ofícios aos órgãos competentes, pela organização de planilha para acompanhamento dos encaminhamentos e pela constituição do referido grupo de trabalho, bem como pela organização das atividades previstas para o evento em conjunto.

- **Informações sobre a Coordenação do LUME**

No que se refere às informações sobre a coordenação do LUME – Lugar de Memória, foi comunicado o afastamento de Claudia da função de coordenação, com a solicitação de nomeação de nova responsável, mantendo-se o Instituto LUME como entidade colaboradora nas atividades desenvolvidas. Durante a discussão, foi abordada a necessidade de reforço das medidas de segurança dos(as) servidores(as) que atuam no LUME, que vem sendo alvo de discursos de ódio e desinformação relacionados às ações de preservação da memória e da luta pela democracia no período da ditadura militar. Diante disso, foi sugerida e apoiada a instalação de câmeras de segurança no espaço.

- **Informes Gerais**

Aluízio divulgou Evento do Centenário da Coluna Prestes (12 a 19/04) em Foz do Iguaçu, na UNILA e Fundação Cultural. Ivete informou que ALEP

não designou representante, apesar de contatos com Deputado Professor Lemos, propondo contato com Deputado Antenor Gomes de Lima, para o evento.

2ª Reunião Ordinária de 2025

- **Abertura**

- **Aprovação da Pauta**

A pauta foi aprovada com a inclusão do item Relato dos Andamentos do Projeto Inventário Participativo, de responsabilidade do Arquivo Público, proposta aprovada sem ressalvas.

- **Aprovação da Ata**

A ata da reunião anterior foi confirmada como recebida e aprovada sem ressalvas.

- **Informes do LUME**

Ivete Maria Caribé relatou visita à Sala LUME, acompanhada de Maria Aparecida (TJPR), Roland e Fabiane (SEJU), para verificar situações de hostilidades relatadas por Renata Theodoro. Constatou-se envolvimento de aprendizes do juizado e um visitante recorrente sem autorização. Reforçada necessidade de registro e assinatura obrigatória de visitantes, além das necessidades de câmeras de segurança que foram solicitadas ao tribunal de Justiça e ainda não foram atendidas.

- **A Busca dos Desaparecidos Políticos**

Foi enviados ofícios à Comissão de Mortos e Desaparecidos e à Presidência do Superior Tribunal Militar. Aluizio Ferreira apresentou inquérito de 183 páginas (aberto em 2012) sobre seis desaparecidos em Foz do Iguaçu, arquivado, propondo reabertura com responsabilização civil e criminal.

Discutido caso de Salvador Pereira da Silva em Querência do Norte. foi aprovada a reabertura dos casos mencionados, bem como a inclusão das informações no Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos Políticos (SINALID). Ficou deliberado pelo envio de ofício ao Ministério Público Federal em Foz do Iguaçu solicitando a reabertura das investigações, pela análise da possibilidade de cassação de benefícios eventualmente concedidos, pela apreciação técnica de despacho a ser realizada pelo Dr. Olympio, e pelo envolvimento do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH) e da Defensoria Pública. Ficou ainda definido que Aluizio Ferreira encaminhará o material documental disponível, assumindo a relatoria do caso, bem como será realizado contato institucional com a Câmara de Vereadores de Querência do Norte, visando ampliar o apoio e a articulação local.

- **Centenário da Coluna Prestes em Foz do Iguaçu**

Aluizio Ferreira e Laércio Souto Maior apresentaram a programação do Ciclo de Debates da UNILA sobre a passagem da Coluna Prestes pelo Paraná, em 1925, cuja relevância histórica foi destacada e aprovada. Como encaminhamentos, definiu-se o envio de ofício de parabenização à UNILA, o registro de reconhecimento a Aluizio Ferreira, o agradecimento institucional à atuação de Claudia junto à SEED, a apresentação do Relatório 2024 e o convite para o lançamento do livro *“Meus Encontros com Luís Carlos Prestes”*.

- **Aprovação do Relatório Circunstanciado**

O Relatório Circunstanciado 2024, foi apresentado e aprovado por unanimidade. Será disponibilizado no site da SEJU, encadernado e arquivado no LUME como registro histórico, e utilizado como instrumento de memória institucional.

- **Informações sobre as Atividades dos dias 31/03 e 01/04**

Foi debatido sobre eventos alusivos aos 61 anos do Golpe de 1964: 31/03 e 01/04 no Salão Nobre da OAB/PR com Comissão de Justiça de

Transição; 30/03 ato na Praça João Cândido com caminhada até a Igreja da Ordem. Discutidas ações da Defensoria para alterar nomes de ruas ficando para ser retomado o assunto na próxima reunião, convite do MIS para Centro de Memória e uma maior integração com o projeto, e mobilização nacional de familiares para retificação de certidões.

- **Coordenação da Sala LUME – Indicação da nova coordenadora**

Oficializada a Fátima Godinho como colaboradora, com apoio de Olympio de Sá. Renata Theodoro segue temporariamente como secretária-executiva. Como presente no termo de cooperação a Defensoria Pública do estado do Paraná tem como dever disponibilizar estagiário(a) para o LUME, processo que está sendo tramitado para disponibilização o mais breve possível.

- **Relato dos Andamentos do Projeto Inventário Participativo**

Jane Vasques relatou, projeto conduzido por Claudia Hoffmann, Flávia da Rosa Mello e Kim Allan Vasco, autorizados a acessar o Fundo Documental no Arquivo Público. Realizam inventário semanal para mapear lacunas, materiais deteriorados e DVDs desaparecidos, assegurando integridade do acervo.

- **Informes Gerais**

Olympio analisará Resolução sobre retificação de certidões com apoio da Defensoria, NUCIDH e CEMVEJ. Aluízio relatou casos de retificação (Lígia Jobim e Eunice Paiva). Norton propôs caso Onofre como piloto, aprovado. Jane lembrou Comemoração dos 30 anos do COPED em 27/03 na ALEP.

3ª Reunião Ordinária de 2025

- **Abertura**

- **Aprovação da Pauta**

Ivete Maria Caribé propôs inversão e unificação de pontos: o ponto 11 (Projeto Role Cívico) foi antecipado para o início, substituindo o ponto 5; o ponto 5 passou a ser 6; pontos de fala de Aluízio foram unificados devido à sua saída antecipada. A pauta e suas modificações foram aprovadas sem ressalvas.

- **Aprovação da Ata**

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade. Fátima Godinho solicitou correção na linha 241, esclarecendo sua designação como colaboradora, não coordenadora, do LUME.

- **Informes do LUME**

Claudia Cristina Hoffmann apresentou informes institucionais, dando boas-vindas a Fátima Godinho como nova representante do Ministério Público no LUME e reafirmando sua permanência na Direção do Instituto, com responsabilidade sobre projetos e editais. Atualizou sobre o Projeto Profice (COPEL), voltado à organização do acervo da Comissão Estadual da Verdade e ao Inventário Participativo, informando o andamento da catalogação do acervo e a realização de 15 entrevistas de história oral.

Foram identificadas fragilidades no acervo, como CDs ilegíveis e ausência de anexos, apontando-se a necessidade de solicitação de materiais à UNIOESTE referentes a 2014. O colegiado concordou com as medidas propostas e encaminhou a possibilidade de reunião extraordinária, a solicitação de apoio técnico da CELEPAR, a verificação de anexos no antigo site da SEJU e a disponibilização de cópias de documentos e vídeos para complementação do acervo.

- **Projeto Cárcere**

Fátima Godinho apresentou o Projeto Cárcere, destacando a exposição “Do Outro Lado do Muro” , a ser inaugurada em 30/04 às 19h no Museu da Imagem e do Som (MIS), com participação do CEMVEJ, ex-presos e perseguidos políticos, conforme reforçado por Ivete.

- **Atividades da Coluna Prestes / Encaminhamentos dos Casos de Desaparecidos Políticos**

Aluízio manifestou que a pauta dos Desaparecidos Políticos, é considerada prioritária para a continuidade dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade. E solicitou informações sobre os ofícios relacionados ao caso Salvador Pereira da Silva e à chacina do Parque Nacional, especialmente quanto à resposta da Câmara de Vereadores de Querência do Norte e ao pedido de reabertura do inquérito, solicitado pelos familiares diante da existência de novos elementos.

No caso da Audiência Pública da UNIOESTE, realizada em Cascavel, foram reconhecidos o apoio logístico da Reitoria e a relevância do evento. Contudo, Norton e Cláudia destacaram a necessidade de disponibilização integral das gravações, que são de domínio institucional da Comissão, ressaltando que o material ainda não foi entregue. Foi informado que houve o envio dos ofícios, mas não foi obtido resposta até a reunião.

Quanto à reabertura do inquérito, ficou definido a necessidade de atuação simultânea em âmbito internacional e nacional, considerando a existência de provas novas que permitiriam a retomada das investigações pela Polícia Federal.

- **Fórum Social e Popular da Tríplice Fronteira**

Relatado como espaço de articulação regional, reunindo movimentos populares, sindicais e indígenas, nesse ano o Fórum foi realizado na Cidade de Leste, com duração de dois dias com intensos debates e informações.

- **Informações sobre o Projeto de Lei – Nomes Ligados à Ditadura Militar**

Fátima Godinho apresentou histórico: projeto de 2015 (arquivado) e PL nº 201/2025 da Deputada Ana Júlia Ribeiro, proibindo nomes de agentes da ditadura (1964-1985) em logradouros e prédios. Ivete sugeriu visitas a deputados para sensibilização, além de iniciativa alinhada à Comissão Nacional e Estadual da Verdade.

- **Informações sobre Retificações de Certidões de Óbito (CEMDP)**

Fátima Godinho e Olympio de Sá informaram contato com Dra. Eugênia Augusta Gonzaga (CEMDP), responsável por declarações e retificações de certidões. Caso de Enrique Rudia não consta na lista oficial, exigindo a verificação do caso Rudia;

- **Articulação do LUME com o Projeto Role Cívico Paranaense**

Tema adiado para levantamento de informações, com interesse do COPED e TJPR em parceria.

- **Recebimento de Ofício do MPF – Comunidades Quilombolas**

Ivete Maria Caribé informou ofício da Procuradora Lívia Nascimento Tinoco (MPF) sobre comunidades Paiol de Telha, João Surá e Varzeão. Claudia Hoffmann relatou inclusão de narrativas no Relatório da Comissão da Verdade. Foi proposto o envio de ofício ao MPF para agendar uma reunião conjunta.

- **Informes Gerais**

Ivete agradeceu ao TJPR pela instalação de câmeras no LUME, elogiada por Renata Theodoro como medida de segurança e preservação.

4ª Reunião Ordinária de 2025

- **Aprovação da Pauta**

A pauta foi apresentada por Ivete Maria Caribé Rocha e aprovada sem ressalvas.

- **Aprovação da Ata**

A ata da reunião anterior foi aprovada sem alterações

- **Informes do LUME**

Cláudia apresentou dois informes: o convite ao LUME para participar de evento no Arquivo Público do Estado do Paraná, em razão de projeto aprovado em edital da Fundação Cultural, com divulgação posterior da data e horário ao CEMVEJ; e a consulta ao Conselho sobre a possível destinação à Sala LUME da porta de ferro do antigo DOPS, adquirida pelo pesquisador Luiz Gabriel, diante da ausência de critérios definidos para doações e exposições.

Durante o debate, foram levantadas alternativas para a destinação do objeto, incluindo sua guarda como bem de domínio histórico pelo LUME, a cessão a outros espaços museológicos, a consulta técnica ao Tribunal de Justiça para verificar a viabilidade de exposição no prédio do LUME e o uso simbólico ou artístico da peça. Houve concordância quanto à necessidade de avaliação técnica, definição institucional e preservação do valor histórico do objeto

- **Situação da Coordenação da Sala LUME – Professora Cleusa e Estagiários**

Ivete Maria Caribé solicitou atualização sobre a coordenação, antes atribuída à Professora Cleusa. Jane Vasques (SEJU) informou reinício do

processo com o novo Secretário Valdemar Bernardo Jorge, mantendo Renata Theodoro na gestão cotidiana. Foi deliberado pelo Comitê o agendamento de uma reunião presencial com o Secretário antes da próxima reunião.

- **Informação sobre Resposta à CIDH – Caso Massacre de Medianeira**

Ivete informou sobre a coleta de declarações de familiares dos desaparecidos do Massacre de Medianeira, tendo sido obtidos depoimentos de familiares de Liliana e Henrique Rudia, Onofre Pinto, Daniel e Joel Carvalho, não sendo possível localizar familiares de Lavechia e de Vitor Ramos, cuja família já recebeu reparação. A documentação reunida foi encaminhada à CIDH, permanecendo aberta a possibilidade de juntada posterior de novos documentos.

Aluízio comunicou contato com Josimar, filho de Joel Carvalho, manifestando interesse em incluir sua declaração no processo, o que dependerá de consulta ao Dr. Rafael quanto à aceitação fora do prazo. Questionou-se também a inclusão de informações da Comissão Nacional da Verdade, as quais serão verificadas e, se necessário, complementadas.

Dr. Rafael esclareceu que o caso se encontra em fase inicial de tramitação, havendo possibilidade de inclusão de novos documentos ao longo do processo. Sugeriu, ainda, a priorização dos casos em razão da idade das vítimas e o fortalecimento do diálogo institucional com o Ministério dos Direitos Humanos e com a Advocacia-Geral da União (AGU), proposta que foi submetida à apreciação do colegiado e aprovada.

Foi registrada resposta da Presidenta do Superior Tribunal Militar, manifestando apoio às famílias e informando o encaminhamento do caso ao Ministro da Justiça. Quanto à reabertura do inquérito, Ivete esclareceu que, conforme parecer jurídico, a medida pode prejudicar a análise do caso pela CIDH, motivo pelo qual optou-se por aguardar, tendo a resposta sido enviada dentro do prazo com os documentos disponíveis.

- **Informações Diversas – Comissão de Justiça de Transição (OAB-PR) e Museu Cárcere**

Ivete Maria Caribé apresentou Dra. Juliana Salon, da nova Comissão de Justiça de Transição da OAB-PR (2025), com eventos mensais sobre justiça de transição e memória, incluindo lançamento do livro “O Garimpeiro de Memória” de Jacob Blanc na OAB-PR, com participação do CEMVEJ. Fátima Godinho e Olympio de Sá apresentaram o Projeto “Eu Também Estive Aqui”, derivado de “Deste Lado do Muro”, para incluir testemunhos de presos políticos.

- **Informes Gerais**

Ivete Maria Caribé relatou o caso de Amélia Parreira, chilena casada com João Batista Rita Pereda (desaparecido na Operação Condor), com indícios de tortura e incineração (Cláudio Guerra). O Comitê, com Aluizio Ferreira, busca documentos na Argentina para reparação internacional via CIDH.

5ª Reunião Ordinária de 2025

- **Aprovação da Pauta**

A Pauta foi apresentada por Ivete Maria Caribé Rocha e aprovada pelo pleno sem ressalvas.

- **Aprovação da Ata**

Ivete Maria Caribé confirmou o recebimento da Ata anterior e propôs sua aprovação, consensualizada sem ressalvas.

- **Informes do LUME**

Claudia Cristina Hoffmann (LUME) informou reunião com o Grupo de Trabalho Justiça de Transição do MPT, representado por Dra. Sandra Lia e Dr.

Rafael Garcia, que sinalizaram apoio a projetos como cursos, exposições itinerantes, plano museológico, palestras e documentário. Dr. Rafael propôs entrada do MPT no Termo de Cooperação do LUME, e Ivete sugeriu sua inclusão no CEMVEJ. Claudia destacou necessidade de resolver a Coordenação Pedagógica e apresentou proposta de trabalho em aberto.

- **Coordenação do LUME**

Jane Cristina Lobato (SEJU) informou que agendará reunião com o Secretário Valdemar Bernardo Jorge para tratar da vinda de Cleusa ao LUME, solicitando a Claudia a apresentação do Relatório 2024 e do Plano de Trabalho 2025.

- **Apresentação do Relatório do LUME 2024 e Plano de Trabalho do LUME 2025**

Claudia apresentou o Relatório 2024, destacando aumento de visitação após inclusão no Google Maps e integração a redes internacionais (REBRALUM, Coalizão Internacional), com cursos e eventos na Semana Nacional de Museus. O Plano 2025-2026 foi apresentado em aberto, incluindo Termo de Cooperação, captação de recursos e Plano Museológico. Foi aprovado o Relatório 2024 e aberto o Plano 2025-2026 para contribuições.

- **Apreciação e Aprovação do Projeto "Eu estive aqui"**

Fátima Godinho (MP) apresentou o projeto, motivado por depoimentos de Tereza Urban, para compreender a Ditadura Civil-militar e debater sua memória, com atividades de 1h30m duas vezes por mês (16 e 30/07, 5 e 19/08) no Museu da Imagem e do Som para alunos do Ensino Médio. Aprovação condicionada a ajustes de datas com Articulação com escolas, consulta ao Calendário Escolar e verificação de disponibilidade do MIS para outros públicos.

- **Informes Gerais**

Dra. Ivete informou sobre o ofício da Presidenta do STM ao Ministério da Justiça referente ao Massacre de Medianeira, destacando a necessidade de acompanhamento efetivo. Norton sugeriu articulação de agendas institucionais em Brasília, incluindo reuniões com o Ministro da Justiça e instâncias relacionadas à Lei da Anistia e aos Mortos e Desaparecidos, proposta acolhida por Ivete.

Também foram solicitadas atualizações sobre ofício encaminhado à Câmara de Vereadores de Querência do Norte, sem resposta até o momento. Cláudia informou que o Relatório de Atividades de 2024 está concluído e propôs o envio do Plano de Trabalho aos membros do CEMVEJ para contribuições e aprovação na próxima reunião, além da organização de lista de encaminhamentos a ser registrada em ata.

6ª Reunião Ordinária de 2025

- **Abertura**

Ivete Maria Caribé Rocha registrou a presença de convidados, incluindo Dr. Maurício Requião (TCE) e Dra. Eliana Salum, dando-lhes as boas-vindas.

- **Aprovação da Pauta**

Fátima Godinho propôs a inclusão da atividade “Eu Estive Aqui” na Pauta, que foi aprovada pelo pleno sem ressalvas.

- **Informes do LUME (Contratação Professora Cleusa e Parceiros no Termo de Cooperação)**

Cláudia apresentou informes sobre as ações do Instituto LUME, destacando o andamento do levantamento de Lugares de Memória no Paraná para resposta ao Ministério dos Direitos Humanos, trabalho realizado junto a ex-presos políticos e especialistas. Informou também a ampliação do Termo de

Cooperação, com a inclusão da Secretaria de Cultura do Estado e do Ministério Público do Trabalho.

Comunicou a realização de atividades na Sala LUME a partir de 20 de agosto de 2025, incluindo encontros com parceiros, palestra sobre justiça de transição, ações formativas e acessíveis, além do segundo módulo do curso em parceria com a UFPR. Por fim, registrou a incorporação ao acervo do LUME de uma porta histórica do antigo DOPS e a previsão de convites institucionais para apresentação do trabalho desenvolvido.

- **Conselheiro do TCE – Maurício Requião, na reunião do dia 28/07**

Na reunião de 28 de julho de 2025, o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Dr. Maurício Requião, participou a convite do CEMVEJ, sendo apresentado por Norton. O Conselheiro destacou que já possuía conhecimento prévio sobre as atividades do Comitê e do LUME, ressaltando a relevância pessoal e institucional do tema, bem como o papel do Tribunal de Contas no acompanhamento do cumprimento das diretrizes legais e da efetividade das políticas públicas

Na reunião, foram discutidas as possibilidades de apoio institucional do Tribunal de Contas do Estado às ações do CEMVEJ e do LUME, diante das fragilidades estruturais, da ausência de dotação orçamentária própria e da carência de pessoal qualificado. Destacou-se que o TCE, além do controle contábil, avalia políticas públicas e pode emitir recomendações e acompanhar seu cumprimento, inclusive no âmbito do relatório das contas do Governo.

Foram apresentadas as principais dificuldades do LUME, como a manutenção do espaço, a preservação e tratamento do acervo da Comissão Estadual da Verdade, a falta de servidores, a necessidade de uma historiadora e o caráter voluntário da coordenação. Ressaltou-se a relevância do LUME como espaço de memória reconhecido nacional e internacionalmente, bem como a urgência de políticas estruturantes de longo prazo, com recursos financeiros, editais, ações educativas e garantia de acesso público ao acervo.

Como encaminhamento, foi sugerida a ampliação de parcerias, especialmente com a Secretaria de Educação, para viabilizar apoio institucional, cessão de pessoal e fortalecimento das atividades. Também ficou indicado que o Comitê sistematize suas demandas de forma objetiva para

subsidiar recomendações no âmbito do Tribunal de Contas, sendo definido o envio de ofício detalhando as necessidades do CEMVEJ e do LUME e a busca de apoio institucional para assegurar sua continuidade e fortalecimento.

- **Ofícios enviados à Câmara de Vereadores de Querência do Norte e ao TJPR sobre a Porta da DOPS**

Claudia informou sobre o Ofício ao TJPR para regularização da porta do DOPS no acervo do LUME, com despacho em andamento. O Ofício à Câmara de Querência do Norte, foi enviado mas até o presente momento não houve manifestação. Foi solicitado o acompanhamento do despacho pelo TJ e consulta ao Arquiteto para exposição.

- **Informes Gerais**

Ivete destacou a aprovação do Plano de Trabalho do LUME 2025 e a necessidade de ajustes. Discussões incluíram a visita de Ana Paula Brito e integração do LUME a redes internacionais.

7ª Reunião Ordinária de 2025

- **Abertura**

A reunião iniciou às 15h00 em formato online. Jane Cristina Lobato (SEJU/UTSC) saudou os presentes, realizou a chamada nominal. Ivete Maria Caribé Rocha registrou a presença de convidados, incluindo Dr. Maurício Requião (TCE) e Dra. Eliana Salum, dando-lhes as boas-vindas.

- **Aprovação da Pauta**

A Pauta foi apresentada por Ivete e aprovada pelo pleno sem ressalvas.

- **Aprovação da Ata**

Ivete confirmou o recebimento da Ata anterior e propôs sua aprovação, que foi consensualizada sem ressalvas.

- **Informes do LUME**

Cláudia apresentou informes gerais sobre as ações recentes do LUME, destacando a articulação com o CEMVEJ para a ampliação do Termo de Cooperação, incluindo a possibilidade de adesão do Ministério Público do Trabalho (MPT). Informou ainda a aprovação de um projeto na Lei Rouanet voltado à itinerância do LUME em cinco universidades do interior do Estado, com exposições, palestras e rodas de conversa com ex-presos políticos, embora o projeto ainda não conte com patrocínio. Também registrou a realização de palestras externas, como a atividade promovida no SESC em alusão ao Patrimônio Histórico, e ressaltou o trabalho desenvolvido pela equipe da SALA LUME, em especial a atuação da servidora Renata. Houve ainda debate sobre a possibilidade de captação de recursos por meio de emendas parlamentares, esclarecendo-se as limitações do Comitê por não possuir CNPJ e as alternativas de viabilização por meio de projetos do Instituto LUME ou de parcerias institucionais.

- **Novo Decreto 8807 de 30/01/2025, que Alterou Diversos Artigos do CEMVEJ, sem Comunicação ou Discussão com os Componentes do Comitê**

Foi debatida a edição do Decreto nº 8.807/2025, que alterou dispositivos do CEMVEJ sem comunicação ou discussão prévia com seus integrantes, causando preocupação por modificar atribuições essenciais do Comitê, especialmente aquelas relacionadas ao acompanhamento das recomendações da Comissão Estadual da Verdade. Esclareceu-se que o Decreto integra uma reforma administrativa mais ampla do Executivo e que, por já estar publicado, sua alteração direta é juridicamente complexa.

Como encaminhamentos, definiu-se que o Comitê irá: (i) aprofundar a análise coletiva do conteúdo do Decreto e de seus impactos; (ii) revisar e adequar o Regimento Interno, de forma a preservar, na prática, as atribuições originais do CEMVEJ; (iii) solicitar reunião formal com o Secretário da pasta para discutir as alterações, a coordenação do Comitê e possíveis correções; e (iv) promover discussão interna prévia entre os conselheiros, com base no rascunho de Regimento em elaboração, para consolidar uma posição comum antes do diálogo institucional, mantendo aberta a possibilidade de futuras iniciativas legislativas, caso necessário

- **Relatório do Evento dos dias 20 a 22 de agosto no espaço da Sala LUME**

Cláudia relatou a programação realizada entre os dias 20 e 22 de agosto, em alusão ao Dia Nacional do Patrimônio Histórico, destacando a expressiva participação do público e a relevância institucional do evento. A programação contou com palestras do Dr. Rafael Garcia Rodrigues (MPT), da Dra. Ivete, da Desembargadora Maria Aparecida, do Dr. Olympio e do representante da Anistia Internacional, Dr. Igor, além do lançamento do Projeto Inventário Participativo Memória, Verdade e Justiça, aprovado via edital público. Registrou-se a participação de estudantes do curso de Museologia da UNESPAR, com garantia de acessibilidade por meio de transporte e intérprete de Libras, bem como a realização de cursos destinados a servidores, terceirizados e profissionais vinculados ao Tribunal de Justiça e ao Arquivo Público. As atividades contaram com apoio institucional da SEJU e do TJ, tanto na organização quanto na infraestrutura, incluindo coffee breaks e cerimonial.

- **Cine Debate a Ser Realizado no dia 28/08, 19 Horas na Sala da Memória da UFPR, em Comemoração ao Dia da Promulgação da Lei de Anistia em 1979**

Dra. Ivete informou sobre a proposta de exibição de um documentário sobre a criação da Lei da Anistia, seguida de debate, com foco na participação de estudantes e na qualificação da discussão sobre o tema, convidando os conselheiros a divulgarem a atividade.

- **Informes Gerais**

Aluízio informou sobre atividades de divulgação da memória histórica e da luta antifascista na Universidade Federal da Fronteira Sul e anunciou a realização de um capítulo do Seminário Internacional Antifascista em novembro, em Ciudad del Este/Foz do Iguaçu, propondo a participação e o apoio do CEMVEJ e do LUME. Jane comunicou que irá verificar a agenda do Secretário para agendar reunião prévia e, na sequência, convocar uma reunião extraordinária do Comitê.

8ª Reunião Ordinária de 2025

- **Aprovação da Pauta**

A Pauta foi apresentada por Ivete e aprovada pelo pleno sem ressalvas.

- **Aprovação da Ata**

Ivete confirmou o recebimento da Ata anterior e propôs sua aprovação, que foi consensualizada sem ressalvas.

- **Informes do LUME**

Nos informes do LUME, foi comunicada a realização, em 3 de outubro, de atividade pedagógica do Projeto Inventário Participativo Memória, Verdade e Justiça, com visita de alunos da Universidade Federal da Fronteira Sul, estando os conselheiros convidados a acompanhar. Dra. Ivete confirmou presença.

Tratou-se do encaminhamento para incorporação de uma porta histórica ao acervo do LUME, autorizada pelo Tribunal de Justiça, pendente apenas de definição técnica para instalação.

Debateu-se o possível tombamento da fachada do antigo Presídio do Ahú. Foi esclarecido que não há tombamento vigente e que eventual solicitação deve partir da Presidência do Tribunal de Justiça, mediante provocação formal do CEMVEJ. Deliberou-se pela elaboração de ofício à Presidência, com justificativa técnica e histórica, precedida de articulação institucional, considerando reformas em andamento no local e a necessidade de delimitação precisa do objeto do tombamento.

Por fim, informou-se o contato da PUC com o LUME para possível parceria na produção de documentário sobre a Ditadura Militar, cujos detalhes serão posteriormente apresentados ao Comitê.

- **Entrada da SEED, MPT e SEEC no Termo de Cooperação do LUME**

Foi informado sobre o processo de ampliação do Termo de Cooperação do LUME, por meio de aditivo, com a entrada da Secretaria de

Estado da Educação. O processo encontra-se em tramitação no setor jurídico da SEJU, o que tem ocasionado atraso na elaboração do documento. Em seguida, foi discutida a possibilidade de convidar a Secretaria de Estado da Cultura para integrar o Termo de Cooperação, bem como o convite ao Ministério Público do Trabalho para participar do Comitê como convidado especial.

- **Relato da Reunião do CEMVEJ (Coordenação) e o Conselheiro Maurício Requião, com o Secretário Estadual da Educação, no dia 12/09/2025**

A Coordenação do CEMVEJ reuniu-se com o Secretário Estadual da Educação, que manifestou abertura e disposição para colaborar com as políticas de memória, verdade e justiça, especialmente quanto à continuidade da atuação de Claudia Cristina Hoffmann e ao apoio às atividades da Sala LUME. Foi registrado o interesse da Secretaria da Educação em integrar de forma mais ativa o CEMVEJ e as ações do LUME, bem como a iniciativa de criação de um museu voltado à memória de estudantes e professores do Estado do Paraná.

Durante o debate, esclareceu-se que, embora a Secretaria da Educação já integre formalmente o CEMVEJ por força do Decreto, sua participação no Termo de Cooperação do LUME depende de aditivo específico, nos mesmos moldes adotados anteriormente para outras instituições. Apontou-se que o processo se encontra em análise no setor jurídico da SEJU, sem comunicação prévia à Coordenação.

Como encaminhamento, ficou definido o diálogo com o Secretário da SEJU e com o setor jurídico para esclarecer e agilizar a formalização do aditivo ao Termo de Cooperação, ressaltando-se que a inclusão da Secretaria da Educação não implica ônus financeiro nem alteração de pessoal.

Também foi informado que o LUME foi convidado a sediar o lançamento do livro *“Juvêncio: O Último Preso da Ditadura”*, cuja data será definida posteriormente. Por fim, registrou-se o recebimento preliminar de documentos relativos à atuação de um ex-colaborador do SNI durante a Ditadura Militar, com a possibilidade de posterior encaminhamento ao Arquivo Público e registro do relato histórico do familiar.

- **Acompanhamento da Resolução nº 601/2024 – CNJ**

Fátima Godinho (MPPR) informou que o Ministério Público do Paraná acompanha, em articulação com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o cumprimento da Resolução nº 601, que trata da retificação das certidões de óbito de pessoas mortas e desaparecidas durante a Ditadura Militar. Relatou que, em 28 de agosto, em Belo Horizonte, foram entregues 21 certidões de óbito aos familiares, em solenidade oficial prevista na Resolução, e que está programada, para 8 de outubro, em São Paulo, a entrega de 100 certidões, havendo calendário nacional de entregas.

Foi sugerido o acompanhamento da previsão de entrega no Paraná, com a definição de data e quantitativo de certidões, bem como o encaminhamento da relação nominal das pessoas que terão a certidão de óbitos entregues a família.

- **Informes Gerais**

Aluízio detalhou Título Honores Causa concedido a ele pela UNILA e informou sobre o evento na OAB no dia 17/10/2025. Vânia apresentou Museu da Escola Paranaense. Norton propôs agendas em Brasília (STF sobre Lei da Anistia, captação de recursos). Aluízio destacou promoção de lançamento do livro "Juvêncio: O Último Preso da Ditadura".

9ª Reunião Ordinária de 2025

- **Aprovação da Pauta**

Foram propostas inclusões à Pauta: participação do TCE no CEMVEJ e Comissão Nacional Indígena da Verdade. A Pauta com as inclusões foi aprovada pelo pleno sem ressalvas.

- **Aprovação da Ata**

A Ata anterior foi confirmada como recebida e aprovada sem ressalvas.

- **Relatos do LUME**

Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) deu as boas-vindas à nova representante do Arquivo Público e informou sobre atividade realizada no LUME com estudantes da UFFS, no âmbito do Projeto Inventário Participativo Memória, Verdade e Justiça, destacando parcerias e propostas de ações itinerantes.

- **Memória do Movimento Sindical Urbano e Rural no Paraná**

Aluizio Ferreira (SINDIJOR) destacou pouca visibilidade do movimento operário na memória da ditadura, citando resistência rural no Paraná e destruição de sindicatos pós-golpe. Sugeriu espaço no LUME para resgate dessa memória, como mesa ou parede dedicada. Propôs convidar Laércio Souto Maior e Cláudio Ribeiro para próxima reunião. Integra-se discussão sobre doação de cartas pessoais de Aluizio da prisão (1969), com sugestão de Termo de Doação para preservação no Arquivo Público, cópia para exposição no LUME.

- **Informações sobre a inclusão da Secretaria de Educação no Termo de Convênio**

Foi informado que o processo de inclusão da Secretaria de Educação ao termo de cooperação para integrar por meio de aditivo o lume: Lugar de Memória está sendo tramitado, o protocolo sendo encaminhado a análise técnica da secretaria de estado da justiça e cidadania.

- **Convite para o Ministério Público do Trabalho ter participação no Cemvej**

Ficou definido o envio de um ofício convite ao Ministério Público do Trabalho para participar do CEMVEJ como membro especialista, sendo encaminhado esse ofício posterior através de protocolo do próprio ministério, sendo definido nessa mesma reunião o convite a Secretaria da Cultura e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para participar do termo de cooperação que institui o LUME; Lugar de Memória.

- **Informes sobre participação da Coordenação do CEMVEJ em atividades Educacionais**

Ivete informou sobre sua participação na Comissão de Justiça de Transição da OAB, convidando membros a integrarem como consultores.

- **Comissão Nacional Indígena da Verdade**

A temática da Comissão Nacional Indígena da Verdade foi apresentada pelo Prof. Clóvis (UNILA), que contextualizou sua origem no encerramento dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, quando as violações contra povos indígenas e camponeses não foram devidamente aprofundadas. Destacou que levantamento preliminar aponta cerca de 8.350 indígenas assassinados ou desaparecidos, evidenciando a gravidade das violações e a insuficiência das investigações realizadas.

Diante da demanda por reparação histórica, foi realizado o Fórum Nacional Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas, cujos trabalhos foram concluídos em agosto, resultando na entrega ao Governo Federal de uma minuta de decreto e de um manifesto público propondo a criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade.

Ressaltou-se ainda que a Comissão Estadual da Verdade do Paraná abordou a temática indígena de forma pioneira, tornando-se referência nacional.

Por fim, enfatizou-se a necessidade de avançar na consolidação institucional da Comissão Nacional Indígena da Verdade, por meio da articulação entre o Comitê Estadual, o Governo Federal e os órgãos envolvidos, garantindo a continuidade das recomendações e o fortalecimento das políticas de memória, verdade, reparação e não repetição.

- **Informes Gerais**

A Desembargadora Dra. Maria Aparecida está participando de atividades da OAB, foi convidada a integrar a OAB como Consultora e passará a compor a Comissão como advogada. Ficou definido convidar o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) passem a integrar o CEMVEJ como convidados especiais.

10º Reunião Ordinária de 2025

- **Aprovação da Pauta**

Foi proposta a inversão do ponto de pauta referente à apresentação do Relatório da Comissão da Verdade da UEL, que passou do item 6 para o item 4. Sendo aprovado com as alterações.

- **Aprovação da Ata**

Confirmado o recebimento da ata da reunião anterior. Ata aprovada sem ressalvas.

- **Apresentação do Relatório da Comissão da Verdade da UEL**

Foi realizada a apresentação do Relatório da Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina (UEL), conduzida pelo Prof. César Bessa, presidente da Comissão. Informou-se que o Relatório foi apresentado ao Conselho Universitário da UEL e ao Departamento de Documentação Histórica, sendo resultado de cerca de dez anos de trabalho, com 487 páginas, inserido no marco da Justiça de Transição.

O Relatório aborda violações ocorridas durante a ditadura militar no âmbito da UEL e da região de Londrina, incluindo demissões de professores, prisões de estudantes e docentes, identificação de responsáveis institucionais e recomendações voltadas à reparação, à memória, à autonomia universitária e à liberdade acadêmica. Destacou-se que os depoimentos foram autorizados, microfilmados e digitalizados, com acervo disponível no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL.

Foi registrada a proposta de manifestação formal do CEMVEJ à Direção da UEL em reconhecimento ao trabalho realizado e de apoio à implementação das recomendações do Relatório, bem como a sugestão de lançamento do documento no LUME e sua inclusão no Inventário Participativo

Memória, Verdade e Justiça do Paraná, além da difusão junto a órgãos estaduais e em ações educativas.

- **Relatos do LUME – Lugar de Memória**

Claudia Cristina Hoffmann (LUME) informou que está em finalização a reedição do Caderninho Caminhos da Resistência, viabilizada por edital da Lei Paulo Gustavo, e a produção do Mapa Ilustrado de bolso dos Lugares de Resistência, com recursos da Lei Aldir Blanc, ambos destinados a ações educativas. Atualizou sobre o andamento do Projeto PROFICE, incluindo a etapa final de catalogação documental e a realização de entrevistas. Comunicou a realização de reuniões institucionais com parceiros do LUME e tratativas para formalizar parceria com a SETI para produção de materiais didáticos, além da elaboração do Relatório de Atividades de 2025 e da projeção de ações para 2026.

- **Aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias de 2026**

Foi apresentado o calendário Preliminar das Reuniões ordinárias do CEMVEJ, sendo aprovado o calendário do ano de 2026.

- **Disponibilização de Documentos ao Público e LGPD**

No ponto de pauta sobre a disponibilização de documentos ao público, foi informado que o acervo do Inventário Participativo encontra-se em fase final de catalogação, estando em discussão a sua posterior digitalização. Destacou-se a necessidade de definir quais documentos poderão ser disponibilizados no site e quais deverão permanecer apenas para consulta presencial, observando as exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Foi esclarecido que parte do acervo possui autorizações formais, enquanto outros documentos demandam análise técnica e jurídica específica, em razão de sua sensibilidade e da proteção a dados pessoais. Ressaltou-se que a equipe do projeto detém conhecimento detalhado do acervo e recomendou-se que a disponibilização ocorra de forma gradual, somente após a conclusão da catalogação e deliberação específica do Comitê. Ao final, houve consenso de que a

divulgação pública dos documentos dependerá de avaliação técnica e jurídica prévia e de definição dos critérios de acesso em reunião própria.

- **Ofício ao MPF – Reparação ao Povo Xetá / Ofícios ao MPT e SEEC**

Foi informado que o ofício ao MPF ainda não foi encaminhado por pendência de assinatura. Os ofícios ao MPT e à SEEC já foram elaborados, enviados via protocolo e estão no gabinete do Secretário da SEJU.

- **Memória dos 50 anos da Operação Condor**

No ponto de pauta relativo aos 50 anos da criação oficial da Operação Condor, a Dra. Ivete Caribé Rocha esclareceu que a data de referência é 25 de novembro de 1975, quando a Operação foi formalmente instituída em Santiago do Chile. Destacou, contudo, que pesquisas históricas indicam que, no Brasil, práticas associadas à Operação Condor já ocorriam desde o início da década de 1970. Como referência bibliográfica, citou a obra *Os Anos do Lobo*, da jornalista investigativa Stella Calloni, ressaltando sua relevância para a compreensão da atuação da Operação Condor na América Latina.

A Dra. Ivete também mencionou o papel do professor paraguaio Martin Almada, ex-presos político, responsável pela descoberta dos chamados Arquivos do Terror no Paraguai. Informou que, em 2014, o referido pesquisador participou de evento na UFPR, ocasião em que apresentou informações e cópias de documentos posteriormente encaminhados à Comissão da Verdade, reforçando a importância da preservação da memória histórica como forma de prevenção à repetição de violações de direitos humanos.

- **Informes Gerais**

Nos Informes Gerais, Jane (SEJU) comunicou o envio do Ofício nº 049 à Prefeitura de Foz do Iguaçu, referente ao Monumento, bem como seu encaminhamento a todos os conselheiros e divulgação no e-mail institucional da Primeira Semana do Fortalece Conselhos, promovida pelo TCE/PR. A Dra.

Ivete convidou os(as) presentes para atividade a ser realizada no dia 26, a partir das 18h, no Museu do Cárcere.

Ainda nos informes, Jane (SEJU) deu as boas-vindas à Dra. Juliana, representante da OAB, esclarecendo que sua participação ocorreria com direito a voz e sem direito a voto, mediante concordância do colegiado, e sugeriu o encaminhamento de ofício à OAB para indicação formal. A proposta foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas.

11º reunião Ordinária de 2025

- **Aprovação da Pauta**

Na sequência, a pauta da reunião foi apresentada ao Pleno pela conselheira Ivete Maria Caribé Rocha (SEPAJ), sendo submetida à apreciação dos membros. Após manifestação dos presentes, a pauta foi aprovada sem ressalvas.

- **Aprovação da Ata**

Em ato contínuo, foi confirmada a regularidade do envio da ata da reunião anterior aos(às) conselheiros(as), a qual foi apreciada e aprovada por unanimidade, também sem ressalvas ou encaminhamentos.

- **Resposta do Estado Brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos Sobre o Caso do Massacre de Medianeira;**

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Dr. Rafael Osvaldo, representante do Ministério Público, apresentou exposição detalhada acerca do andamento do caso conhecido como Massacre de Medianeira no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Informou que o caso superou a fase inicial de registro e encontra-se atualmente em etapa de admissibilidade, o que possibilita novas estratégias de atuação. No debate que se seguiu, foram analisadas três possibilidades principais: a apresentação de contestação à resposta encaminhada pelo Estado brasileiro; a avaliação da abertura de um Procedimento de Solução Amistosa; e a formulação de pedido de prioridade no julgamento, considerando o decurso do tempo, o

envelhecimento das testemunhas e os prejuízos à efetivação do direito à verdade e à memória.

Durante a discussão, foram ressaltadas as limitações impostas pela interpretação do Supremo Tribunal Federal acerca da Lei de Anistia, bem como a insuficiência das diligências realizadas até o momento pelo Estado brasileiro. Destacou-se, ainda, a necessidade de reforçar a tese da obrigação permanente do Estado na busca pelos restos mortais das vítimas, bem como a possibilidade de retomada ou ampliação das investigações a partir da identificação de fatos novos e da oitiva de testemunhas ainda vivas. Ao final das discussões, formou-se consenso pela contestação formal da resposta apresentada pelo Estado brasileiro à CIDH.

Como encaminhamentos decorrentes desse ponto, deliberou-se que o Dr. Rafael elaborará minuta de contestação, a ser compartilhada com os membros do Comitê para contribuições e ajustes. Também ficou definido que a contestação deverá incluir pedido de prioridade no julgamento do caso, reforçar a obrigação permanente de busca dos restos mortais e avaliar a viabilidade jurídica de reabertura de investigações com base em novos elementos. Deliberou-se, ainda, pelo convite à Dra. Indira, do Ministério Público Federal, para participação em reunião futura, bem como pelo agendamento de reunião técnica no mês de janeiro, envolvendo representantes do Ministério Público, conselheiros(as) e apoiadores, com o objetivo de analisar inquéritos, levantar possíveis testemunhas e definir novas diligências, inclusive considerando eventual interlocução com a Polícia Federal no que se refere ao direito à verdade.

- **Informes Gerais**

Nos informes gerais, Aluizio lembrou a pendência da criação de um Grupo de Trabalho para a Memória Sindical do Paraná, com indicação de nomes, sugerindo que o tema seja tratado na primeira reunião do Comitê em 2026, enquanto Dra. Ivete propôs uma reunião específica com o movimento sindical. Também foram relatadas atividades em escolas, incluindo encontro no Instituto Federal de Colombo, que demonstrou interesse em parceria para ações educativas, com a sugestão de produção de materiais sobre Memória, Verdade e Justiça para apoio às atividades do sistema de justiça nas escolas.

Dra. Ivete informou sobre reuniões no LUME para ampliação de parcerias e captação de recursos, com foco na produção de materiais educativos e documentário, bem como sobre melhorias estruturais no espaço, incluindo a instalação de uma porta do antigo DOPS e a atualização dos materiais expositivos, condicionadas à elaboração de orçamentos e aos trâmites administrativos do Tribunal de Justiça.

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS 2025:

1ª Reunião Extraordinária de 2025

- **Coordenação do LUME**

Ivete informou a realização de reunião presencial com o Secretário de Estado da Justiça, Valdemar Bernardo Jorge, com participação de conselheiros, na qual foram tratadas questões relacionadas à coordenação e à formalização institucional do LUME. Foram discutidas alternativas de cooperação entre SEJU, SEED e SEEC para apoio às atividades administrativas, bem como a necessidade de instituição formal do LUME por meio de ato normativo. Também foi mencionado o encaminhamento de acervo ao Arquivo Público do Paraná e o andamento do inventário do material remanescente. Como deliberações, foram aprovadas a propositura de criação formal do LUME e o envio de ofício à SEEC para articulação institucional. Ficou encaminhada a elaboração da propositura para publicação oficial e o agendamento de reunião com a SEEC para alinhamento das ações.

- **Discussão sobre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)**

Rafael, representante do Ministério Público, apresentou atualização sobre o caso do Massacre de Medianeira no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), informando que o caso foi aceito preliminarmente e que o Estado brasileiro foi formalmente notificado por

intermédio do Ministério das Relações Exteriores e da Advocacia-Geral da União, com prazo estimado entre 60 e 90 dias para apresentação de defesa. Durante o debate, foi destacada a importância de solicitar a priorização do julgamento, considerando a idade das vítimas e testemunhas, bem como a busca pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado como elemento central para a reabertura das investigações, ressaltando-se que a reparação econômica já foi anteriormente concedida.

Ivete informou o encaminhamento de ofício ao Superior Tribunal Militar, posteriormente direcionado ao Ministro da Justiça, e sugeriu a realização de diálogo institucional com o Ministério da Justiça e a Advocacia-Geral da União. Norton propôs a organização de uma comitiva do CEMVEJ para reuniões presenciais em Brasília, com o objetivo de fortalecer a articulação institucional. Como deliberação, houve concordância quanto à solicitação de priorização do julgamento do caso na CIDH e à organização de agendas institucionais em Brasília. Como encaminhamentos, ficou definido que Rafael será responsável pela formalização do pedido de priorização junto à CIDH, bem como pela organização de comitiva para reuniões com o Ministro da Justiça e representantes da AGU.

- **Informes Gerais**

Nos informes, foram compartilhadas atualizações sobre organização e revisão de acervos, bem como sobre iniciativas relacionadas ao mapeamento de lugares de memória no Paraná. Foi aprovada a realização de reunião com pesquisadores e acadêmicos para aprofundar o levantamento e articular possíveis projetos institucionais. Como encaminhamentos, definiu-se a organização da reunião no LUME, o compartilhamento de materiais entre os envolvidos e a continuidade da revisão do acervo existente.

8. ATIVIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2025

Durante o ano de 2025 foram realizados importantes eventos na temática da memória, verdade e justiça, sendo realizados os seguintes eventos:

Evento com o apoio do CEMVEJ ocorrida no Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR) sendo a Exposição “Desse Lado do Muro”¹, como parte do Projeto Cárcere.



desse
lado do
muro

cerimônia de abertura
30 de abril, 19h
no espaço cadeia
produtiva do mis-pr

rua barão do rio branco, 395
centro - curitiba

fotos de
erick dau
francisco proner
thiago dezan

realização

aamis
mis
cultura
paraná
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CULTURA

patrocínio master

apoio

MPPR
TCEPR
CEMVEJ
HUMANITAS
pdr
DPE
PARANÁ
CONSELHO
DE ASSUNTOS
CULTURAIS

¹ <https://www.bemparana.com.br/cultura/antigo-centro-de-triagem-de-curitiba-vira-cenario-para-exposicao-desse-lado-do-muro/>

Reunião Ordinária do CEMVEJ




Participação da Coordenadora do CEMVEJ Dra. Ivete Maria Caribé da Rocha
no evento que ocorreu na USP




Cine Debate Documentário sobre a Lei de Anistia de 28 de Agosto de 1979, realizado pelo CEMVEJ Com apresentação de abertura da Coordenadora do CEMVEJ, Dra. Ivete Maria Caribé da Rocha




CINE DEBATE DOCUMENTÁRIO SOBRE A LEI DE ANISTIA DE 28 DE AGOSTO DE 1979



28/08/2025 ÀS 19:00



**Sala da Mémoire (sala 102) no Prédio
Histórico da UFPR**



19h00: Apresentação musical com Rogéria Holtz e Maurílio Ribeiro
19h30: Solenidade de abertura com a Dra Ivete Maria Caribé da Rocha
19h45: Exibição do Documentário
20h10: Debate com Claudio Ribeiro, Narciso Pires, Ygor Sarmanho Vasconcelos, demais convidados e participação do público

Realização: **CEMVEJ**
Comitê da Memória Verdade e Justiça do Estado do Paraná

Reunião no Lume dia 02/12/2025 para tratar sobre a entrada da Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior – SETI no termo de cooperação do LUME



Reunião na Presidência da OAB em janeiro de 2025 para a criação da Comissão de Justiça de Transição



Outros eventos que contaram com a participação do CEMVEJ



9. CONCLUSÃO:

Este relatório circunstanciado, dedicado ao eixo Memória, Verdade e Justiça, consolida-se como um instrumento de registro, análise e compromisso institucional com a reparação histórica e a defesa intransigente dos direitos humanos. Ao revisitar períodos marcados pela repressão estatal, silenciamento e graves violações, o documento reafirma a centralidade da memória como fundamento para a construção da verdade e como condição indispensável para a efetivação da justiça.

Ao longo de 2025, as atividades desenvolvidas no âmbito do CEMVEJ evidenciaram a relevância do debate contínuo e qualificado sobre o passado autoritário, não apenas como exercício histórico, mas como ação política e pedagógica voltada à consolidação democrática. As iniciativas realizadas incluindo encontros, debates e ações de conscientização e promoveram a articulação entre Conselheiros Governamentais e da Sociedade Civil, fortalecendo uma abordagem plural, crítica e comprometida com a escuta das vítimas e o reconhecimento institucional das violações ocorridas.

A preservação da memória coletiva e o enfrentamento das narrativas negacionistas mostraram-se elementos centrais para impedir a repetição das práticas de violência e exclusão. Nesse sentido, a verdade histórica e a responsabilização do Estado não se configuram como pautas do passado, mas como exigências permanentes de uma sociedade que busca justiça, igualdade e respeito à dignidade humana.

Por fim, registra-se o reconhecimento a todas e todos que contribuíram para a execução das ações ao longo do período, destacando-se a importância da continuidade e do aprofundamento desse trabalho em 2026. Manter viva a memória, assegurar a verdade e promover a justiça não é apenas um dever institucional, mas um compromisso ético com as gerações presentes e futuras, na construção de uma democracia sólida, consciente e verdadeiramente inclusiva.

EDITORIAL:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO:

Gilberto Augusto Gibala Lopes

SECRETARIA EXECUTIVA:

JANE CRISTINA VASQUES

